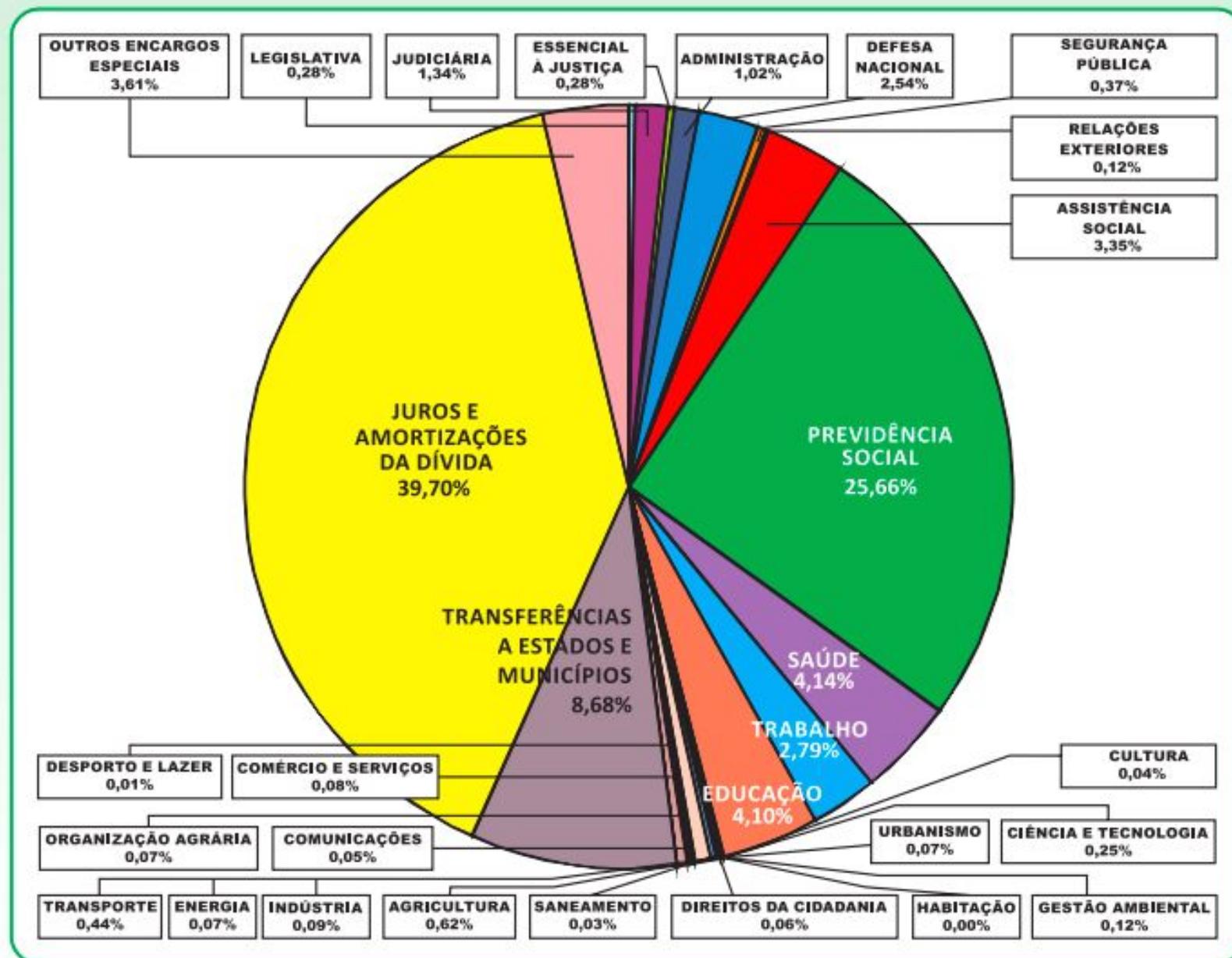


Orçamento Federal Executado (Pago) em 2017 = R\$ 2,483 TRILHÕES

(O valor previsto aprovado para 2017 havia sido de R\$ 3,415 TRILHÕES, diferença a ser investigada)



Securitização de Créditos: ESQUEMA FRAUDULENTO

DESVIO DE RECURSOS ARRECADADOS



PAGAMENTO DISFARÇADO DA DÍVIDA, POR MEIO DE SEQUESTRO DE RECURSOS AINDA NA REDE BANCÁRIA, ANTES DE CHEGAR AO ORÇAMENTO



PREJUÍZO DE R\$ 70 MILHÕES AO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

RELATÓRIO AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA No 2/2017, de 3/11/17

<https://goo.gl/DyT28V>

*Em pouco mais de 3 (três) anos de funcionamento, essa perversa "engenharia financeira" possibilitou, inicialmente, a realização de uma operação de crédito disfarçada que **ingressou R\$ 200 milhões** nos cofres do Município, porém, já provocou (1) uma **perda efetiva ao Município de Belo Horizonte de cerca de R\$ 70 milhões**; (2) o **desvio dos recursos correspondentes aos créditos cedidos arrecadados na rede bancária (R\$ 531 MILHÕES)**, e (3) o **sequestro de cerca de 50%** desses recursos em favor do banco BTG Pactual S/A (R\$ 270 milhões), conforme quadro comparativo das entradas e as saídas de recursos na PBH ATIVOS S/A no período de abril/2014 a junho/2017, elaborado com base em dados recebidos pela CPI.*

OPERAÇÃO ILEGAL, MAS MEIRELLES DIZ QUE NÃO

EXAME.com NEGÓCIOS MERCADOS ECONOMIA BRASIL MUNDO TECNOLOGIA CARREIRA SEU DINHEIRO

ECONOMIA 14/07/2016 18:12

Meirelles fala com TCU sobre securitização da dívida ativa

809 views 3 Salvar notícia

Reuters/Ueslei Marcelino



X

TRECHOS DO RELATÓRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS TC 016.585/2009-0 CONDENAM EXPRESSAMENTE ESSE TIPO DE NEGÓCIO:

■ "Trata-se, portanto, de desenho que apresenta em sua essência a mesma estrutura adotada pelos entes que optaram por criar uma empresa pública emissora de debêntures lastreadas em créditos tributários, por meio da qual o ente federado obtém do mercado uma antecipação de receitas que serão auferidas somente no futuro e que, quando o forem, serão destinadas ao pagamento dos credores, numa nitida e clara, ao ver do Ministério Público de Contas, operação de crédito, conforme o conceito amplo adotado no artigo 29, III, da LRF."

■ "Arrumaram um subterfúgio ilegal com aparência legal para antecipação de receita e burlar a LRF - que pressupõe a ação planejada e transparen-

"Estamos propondo, no caso da União, é que se adotem características muito claras, de que não há nenhuma obrigação da União em relação aos créditos que serão cedidos, deixando muito claro que não há uma dívida da União em relação à venda dessas securitizações e que isso não venha a ser considerado conceito de operação de crédito", destacou.

**Mobilização contra o PLP 459/2017
(PLS 204/2016 no Senado) em tramitação na
Câmara dos Deputados
Visa legalizar esquema fraudulento.**

- Recomendamos VER:
- Novo folheto sobre o PLP 459/2017 disponível em:
<https://goo.gl/sd1cJe>
- Folheto “Mentiras e Verdades” sobre o PLP 459/2017 disponível em: <https://goo.gl/BYrnV1>
- Alerta aos Deputados e Deputadas Federais: Pela Rejeição ao PLP 459/2017 disponível em: <https://goo.gl/vSo9ZS>
- Artigo “O ESQUEMA FRAUDULENTO DA SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITOS” disponível em: <https://goo.gl/ufUxjd>
- Artigo “O QUE ESTÁ POR TRÁS DA SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITOS” disponível em: <https://goo.gl/dFVAjB>

TRAIADORES

Apesar de alertados, esses traidores aprovaram, no Senado, o projeto (PLS 204) que autoriza ESQUEMA FINANCEIRO FRAUDULENTO de “Securitização de Créditos” na União, Estados e Municípios. Lembrem disso nas Eleições-2018!

ACRE  Jorge Viana	ALAGOAS  Renan Calheiros	AMAZONAS  Benedito Lira	AMAPÁ  Eduardo Braga	AMAPÁ  Omar Aziz	AMAPÁ  Davi Alcolumbre	BAHIA  Lidice da Mata
BAHIA  Roberto Muniz	CEARÁ  José Pimentel	CEARÁ  Tasso Jereissati	DISTRITO FEDERAL  Cristovam Buarque	DISTRITO FEDERAL  Hélio José	ESPIRITO SANTO  Rose de Freitas	ESPIRITO SANTO  Sérgio de Castro
GOIÁS  Lúcia Vânia	MARANHÃO  Roberto Rocha	MINAS GERAIS  Aécio Neves	MINAS GERAIS  Antonio Anastasia	MATO GROSSO DO SUL  Pedro Chaves	MATO GROSSO DO SUL  Waldemir Moka	MATO GROSSO  Cidinho Santos

TRAIDORES

PARÁ



Jader Barbalho



Flexa Ribeiro

PARAÍBA



José Maranhão

PERNAMBUCO



Humberto Costa



Armando Monteiro

Rio de Janeiro



Eduardo Lopes

PIAUI



Ciro Nogueira



Elmano Ferrer

Rio Grande do Norte



Garibaldi Alves Filho

RONDÔNIA



Ivo Cassol



Valdir Raupp

RORAIMA



Romero Jucá

Rio Grande do Sul



Lasier Martins

Santa Catarina



Dalírio Beber



Paulo Bauer

SERGIPE



Eduardo Amorim

TOCANTINS



Ataídes Oliveira



Vicentinho Alves

SÃO PAULO



Aírton Sandoval



José Serra
Autor do Projeto



Marta Suplicy

CEARÁ



Eunício Oliveira

Presidente do Senado:
Colocou o PLS 204 em pauta
para ser votado, apesar de
todos os indícios de
irregularidades



PRIORIDADE PARA AGENDA DO BANCO CENTRAL

- Criação dos depósitos voluntários (PL 9248/2017), novo instrumento que aumenta a autonomia do BC na gestão da liquidez no sistema financeiro: **REMUNERAÇÃO DA SOBRA DE CAIXA DOS BANCOS**

31/01/2018 às 05h00

BC apresenta agenda de prioridades no Legislativo

Por Eduardo Campos e Cristiane Bonfanti | De Brasília



A uma semana da reabertura dos trabalhos no Congresso, o presidente do Banco Central (BC), Ilan Goldfajn, levou ao ministro da Secretaria de Governo da Presidência da República, Carlos Marun, a agenda de interesse da instituição que está em tramitação no Legislativo.

Segundo Marun, Ilan apresentou sete projetos que o BC considera importantes e pediu empenho do governo para que sejam priorizados nas articulações com o Congresso. O ministro disse que explicou, e que Ilan compreendeu, que os projetos serão priorizados após a votação da reforma da Previdência, prevista para acontecer ao longo de fevereiro. "Em fevereiro a nossa pauta é reforma da Previdência. Essas questões seriam priorizadas após essa aprovação", disse Marun.



Ilan: ao longo de 2017, foram comuns os encontros do presidente BC com Rodrigo Maia para explicar a Agenda BC Mais